

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009135-48.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Contratos Bancários**
 Requerente: **Carlos Alberto Spasiani Junior**
 Requerido: **BANCO SANTANDER BRASIL SA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos****Vistos.**

Carlos Alberto Spasiani Júnior ajuizou ação ordinária contra **Banco Santander (Brasil) S/A** alegando, em síntese, que seu nome foi incluído no SCPC, em 12 de agosto de 2015, em razão de suposto débito junto ao réu, no valor de R\$ 33.522,40, relativo ao contrato nº UG00248000001587086, com data retroativa de 11 de outubro de 2011. Ocorre que o autor já questionara tal contrato, porque o réu incluía seu nome na Serasa, nos autos do processo nº 0003654-29.2012.8.26.0566, que tramitava nesta 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos/SP. Postulou a reunião das ações por conexão. Reafirmou se tratar de débito inexistente. Discorreu sobre os danos morais e direito aplicável à espécie. Pediu antecipação de tutela para exclusão de seu nome do cadastro de inadimplentes. Requereu ao final o cancelamento da inscrição e indenização por danos morais no valor correspondente ao do apontamento. Juntou documentos.

O autor recolheu as custas iniciais e foi deferido o pedido de antecipação de tutela. Todavia, não se determinou a reunião dos processos para julgamento conjunto.

O réu foi citado e contestou alegando, em suma, falta de interesse processual, porque o autor distribuíra ação idêntica. No mérito, defendeu a inexistência de ato ilícito ou de falha na prestação do serviço pelo banco. À falta do nexo de causalidade, não há dano indenizável. Discorreu sobre o direito correlato e ponderou a aplicabilidade da súmula nº 385, do colendo Superior Tribunal de Justiça. Pediu ao final a improcedência da ação. Juntou documentos.

O autor apresentou réplica e requereu a instauração de incidente de falsidade documental, juntando novos documentos. As partes se manifestaram sobre as provas que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pretendiam produzir. Reputou-se desnecessária a produção de prova pericial grafotécnica, porque o réu admitiu que o contrato em questão já fora periciado no processo em trâmite nesta mesma Vara. Determinou-se a expedição de ofício ao SCPC e Serasa para informações sobre outros apontamentos em nome do autor. As respostas vieram aos autos. As partes se manifestaram novamente, com novos documentos juntados.

É o breve relatório.

Fundamento e decido.

Rejeita-se, de início, a arguição de falta de interesse processual.

É certo que o autor questionou o mesmo contrato no processo nº 0003654-29.2012.8.26.0566, a partir do qual seu nome foi incluído na Serasa, pedindo a declaração de inexistência de débito e indenização por danos morais. No entanto, nesta demanda a causa de pedir é diversa, conquanto efetivamente conexa.

Com efeito, o autor informa que o réu, em razão do mesmo contrato, promoveu outro apontamento indevido, não abrangido pelo pedido daquela demanda. Realmente, como se vê da leitura da petição inicial, naquela ação se postulou a exclusão do nome da Serasa, apenas. Além disso, a inclusão no SCPC, que deu ensejo à propositura desta demanda, ocorreu apenas em 12 de agosto de 2015, tratando-se, portanto, de fato superveniente.

Conquanto efetivamente conexas as ações, não se deliberou pela reunião para julgamento conjunto. Aliás, tal demanda já foi julgada (procedente em parte), com trânsito em julgado, assentando-se o seguinte: a) foi acolhido o incidente de falsidade, declarando-se falsas as assinaturas e rubricas lançadas pelo autor no contrato em apreço; b) foi declarada a inexistência do débito, àquela época no valor de R\$ 25.000,00, relativo ao contrato; c) foi negado o pedido de indenização por danos morais, aplicando-se a súmula nº 385, do colendo Superior Tribunal de Justiça.

Nesse contexto, por se tratar de fato diverso, consistente no apontamento indevido no SCPC em 12 de agosto de 2015, quando a demanda pretérita, com pedido diverso, tramitava desde o ano de 2012, tem-se como justificada a propositura de nova ação.

No mérito, o pedido de cancelamento da inscrição deve ser julgado


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

procedente, pois como visto já se assentou nos autos do processo nº 0003654-29.2012.8.26.0566 que o autor não firmou o contrato, com decisão transitada em julgado. Logo, nenhuma palavra mais pode ser dita em relação à origem daquela avença, razão pela qual o apontamento em questão é evidentemente indevido.

De outro lado, é procedente também o pedido de indenização por danos morais. De fato, apesar de constar respostas do SCPC e da Serasa informando a existência de outros apontamentos em nome do autor, algumas ponderações devem ser feitas para justificar a indenização, porque o caso em apreço é peculiar.

O autor demonstrou, por documentos, que vários apontamentos vêm sendo objeto de discussão em ações próprias. Um deles, por exemplo, foi justamente aquele relativo ao contrato em questão, já declarado indevido em sentença transitada em julgado. Ademais, a referida súmula foi utilizada no processo para impedir o acolhimento do pedido de indenização. Ocorre que o banco, de forma reiterada e sem qualquer fundamento, promoveu nova inclusão, agora também no SCPC, no curso daquele processo, quando lá já se discutia a inexistência do débito.

O autor não pode ter seu nome incluído em cadastros de inadimplentes indistinta e indefinidamente pelo réu. Mesmo que haja várias outras inscrições, não há como legitimar tal conduta do banco acionado. O ato ilícito é evidente e comporta reparação, principalmente com o fim de inibir o réu de nova conduta em face do autor ou de condutas semelhantes com usuários de seus serviços.

Acresça-se que para justificar pleito de indenização por danos morais, necessário se mostra examinar a conduta do agente causador do fato, verificando sua reprovabilidade, assim como a potencialidade danosa dessa conduta em relação ao patrimônio imaterial da vítima, de modo a reprimir a prática de atos que atinjam a honra, a imagem e outros direitos inerentes à personalidade, já mencionados.

O autor faz jus, portanto, ao pedido de indenização por danos morais, porque não se trata de simples aborrecimento, mas sim de perturbação continuada, não justificada e, no que se refere ao *quantum*, **Rui Stoco** ensina os parâmetros na fixação do valor das indenizações. Confira-se a doutrina desse eminente jurista:

Em resumo, tratando-se de dano moral, nas hipóteses em que a lei não


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

*estabelece os critérios de reparação, impõe-se obediência ao que podemos chamar de binômio do equilíbrio, de sorte que a compensação pela ofensa irrogada não deve ser fonte de enriquecimento para quem recebe, nem causa da ruína para quem dá. Mas também não pode ser tão apequenada, que não sirva de desestímulo ao ofensor, ou tão insignificante que não compense e satisfaça o ofendido, nem o console e contribua para a superação do agravo recebido. (in **Tratado de Responsabilidade Civil**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 1709).*

Levando-se em consideração esses critérios, fixa-se a indenização em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), valor que se reputa suficiente para que compense o ofendido e, ao mesmo tempo, desestímule o réu a agir de forma semelhante em outras situações análogas.

Sublinhe-se que em ação de indenização por danos morais, a condenação em montante inferior não implica sucumbência recíproca. A correção monetária deve incidir desde a data do arbitramento, e os juros moratórios, tratando-se de ilícito extracontratual, do qual resultaram danos morais, devem fluir a partir do evento danoso, isto é, da data da inclusão reputada indevida.

Ante o exposto, **julgo procedente o pedido para: a) determinar o cancelamento da inscrição do nome do autor no SCPC, por débito inexistente no valor de R\$ 33.522,40, relativo ao contrato nº UG00248000001587086, ratificando-se a antecipação de tutela; b) condenar o réu a pagar ao autor, a título de indenização por danos morais, o importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com correção monetária, utilizada a tabela prática do egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, a contar deste arbitramento, e juros de mora, de 1% ao mês, contados do evento danoso.**

Condeno o réu, ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor atualizado da condenação, quantia que está em consonância com o art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

Publique e intime-se.

São Carlos, 19 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**